



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO - CAMPUS BELO JARDIM**

Avaliação da Terceira Unidade – 2º ano B, Disciplina: Filosofia II

Prova Sobre os Pensamentos de Maquiavel e Hobbes

Professor: Ricardo Evangelista Brandão

EMANUEL ISAQUE CORDEIRO DA SILVA

1 “Como eu sei que muitos escreveram sobre a questão, duvido que não seja tomado por presunçoso ao reexaminá-la [...]. Mas, como minha intenção foi a de escrever algo de útil a quem quiser ouvir, pareceu-me mais conveniente buscar a verdade efetiva das coisas do que aquilo que delas se imaginou. E muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem existiram de fato. Pois, é tão distante o modo como se vive do modo como se deveria ser [...]” (MAQUIAVEL, 2009, p. 456). Tomando como referência o texto citado, explique qual o diferencial da proposta de Maquiavel em relação aos pensadores clássicos da política?

Resposta: Maquiavel aqui nesse fragmento, difere entre todos os pensadores sobre a política, ou seja, a partir daqui é que se passa a desenvolver o pensamento científico da política, da chamada ciência política, que adere aos princípios da filosofia política, mas com uma primordial divergência, onde Maquiavel tende a explicar é que o fato em que este vai analisar a política é de forma genérica, isto é, como um todo e mostrar como o representante político, em seu tempo, o príncipe, deveria usar de todos os artifícios para se manter no cargo.

Visto isso, ele difere dos demais, na medida em que usa da palavra e da razão, para evidenciar de como o príncipe deveria impor-se sobre o povo nas demais situações decorrentes em seu governo ou principado, utilizando-se sempre da Virtú, entendida como a virtude moral e ética demonstrada ao povo como uma alma boa e generosa, e da Fortú, entendida como a sorte; mas sempre sabendo que uma pode decair e a outra ascender, ou seja, ele busca a verdade teórica para a prática, em que de seu pensamento, um político pode-se tomar de referencial para como se por artimanha ou não, enraizar-se no poder, mantendo a figura de líder, soberano e benfeitor para o povo, sendo bom quando necessário e impondo limites quando se necessário. (EMANUEL, IFPE, 2017)

2 O Naturalismo Político e o Contratualismo estão entre os modelos de teoria política mais conhecidos na literatura Filosófica e Sociológica. Levando em consideração seus conhecimentos adquiridos pelas leituras de textos, e dos assuntos abordados em sala de aula, explique acerca das principais diferenças entre ambos os modelos.

Resposta: O Naturalismo em Aristóteles, mostra que o Estado é formado a partir do impulso natural do homem, de sua sociabilidade natural e que a partir disso, tem-se a hierarquia, em que a sociedade é dividida em os que nascem para mandar e outros para serem subordinados e obedecedores do mais forte. Essa é a ideologia aristocrática da desigualdade entre os homens.

Por conseguinte, o Contratualismo é o combate direto ao Naturalismo, pois sua ideologia centra na formação do Estado por meio de contrato político entre os homens, é fruto de um contrato social, que os homens em congresso democrático formam a comunidade e o Estado. E já sendo um combate ao Naturalismo aristotélico, os homens são todos iguais, e assim sendo, há a indagação de por qual motivo uns devem mandar e outros devem obedecer se somos todos iguais?, sendo iguais ninguém deve obedecer ninguém, e não há homem nascido para mandar.

O principal representante primeiro do Contratualismo, o primeiro mais famoso, pois na Grécia antiga já retiravam tal ideia, foi Thomas Hobbes(1588-1679), que coloca tais ideias em sua principal obra, Leviatã de 1651. (EMANUEL, IFPE, 2017)

3 A expressão “O homem é o lobo do homem”, é uma das mais emblemáticas do Leviatã de Hobbes. Explique o significado da mesma, e sua importância para a teoria do Estado do filósofo.

Resposta: Este conceito remete a ideia de que os homens por natureza são animais selvagens, que sem um poder coercitivo estão sempre à sombra de combate e de guerra, pois na medida em que outrem venha a distrair-se eu o posso por domá-lo e até o matá-lo, uma vez que não há ordem; é o estado de natureza livre e sem coerção social, e que só o homem é o maior dos inimigos de seu semelhante.

Uma vez o homem partindo-se do ponto de vista de que todos são iguais e que ninguém deve-se por obedecer à ninguém, os mesmos vivem por querer tomar o que não é seus e através disso viver em constante conflito. Para mudar isso, é necessário um poder moderador que imponha regras e limites para que os homens às obedeçam e que possam viver em paz uns com os outros, Hobbes no livro trata de 18 leis fundamentais para alcançar tamanha façanha.

Para a teoria do Estado hobbesiano, é preciso extinguir a natureza selvagem do homem, e nesse ponto, é preciso como foi falado um poder central de coerção para manter a ordem e a disciplina entre eles. Pois mantendo-se a natureza selvagem não há congresso para a formação do contrato, logo não há formação do Estado, mesmo o homem sendo considerado desde a filosofia antiga grega, como dotado de pensamento, fala e razão, o chamado 'animal racional'. (EMANUEL, IFPE, 2017)

4 Explique o conceito de “*Lex Naturalis*” – Lei da Natureza, e a importância das três leis fundamentais da Natureza para a saída do homem do seu estado de natureza.

Resposta: Hobbes conceitua a Lex Naturalis da seguinte forma em seu livro: “[...] é um preceito ou regra geral, estabelecido pela razão, mediante o qual se proíbe a um homem fazer tudo o que possa destruir a sua vida ou privá-lo dos meios necessários para a preservar, ou omitir aquilo que pense melhor contribuir para a preservar. [...] Pois o DIREITO consiste na liberdade de fazer ou de omitir, ao passo que a LEI determina ou obriga a uma dessas coisas. [...]” (HOBBS, 2009, p. 353). Com base nesse fragmento podemos dizer que a Lei da Natureza é uma construção racional que o homem idealiza para preservar sua vida, uma vez que se encontram, segundo Hobbes, na Guerra de todos contra todos.

Com base no que foi dito, Hobbes inclui 18 leis fundamentais para elevar o homem do estado natural selvagem para o estado civil e depois político. Três leis são primordiais, centram-se nas ideias de deixar o espírito de combate, para manter sua vida, tal qual diz a primeira lei, que o homem deve buscar a paz para manter e perdurar sua vida, mantendo-se vivo o homem deve abdicar-se de algo, no que diz a segunda lei que é a abdicar dos seus direitos a tudo para pensar no todo, e por fim é preciso manter o pacto da abdicar e da busca pela paz, entendido como justiça, que ofereça convicção de que o conflito, combate, guerra ou embate com seus semelhantes sejam postos em fim.

Conclui-se que, desse ponto e honrando o pacto para perpetuar sua vida, o homem encaminha-se para o mundo da racionalidade e da dialética do consenso, para se integrar à sociedade, ou ao Estado e fomentar o discurso e ideologias políticas, para enfim ir ao estado civil e ser um homem plenamente racional e democrático no estado político, sempre pensando no todo. (EMANUEL, IFPE, 2017)

REFERÊNCIAS

Os assuntos da prova tem como cunho os Pensamentos de Nicolau Maquiavel (1469-1527) e a análise de sua obra O Príncipe (1532), e do pensamento do contratualista Thomas Hobbes (1588-1679) e sua obra Leviatã (1651). Com base nos textos do projeto Antologia de Textos Filosóficos, da Universidade Federal do Paraná em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2009.

As aulas foram ministradas pelo professor titular do curso de Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, o doutor em Filosofia pelas UFPE-UFPB-UFRN Ricardo Evangelista Brandão, especialista também em Santo Agostinho de Hipona.

A prova apresentada foi respondida pelo aluno Emanuel Isaque Cordeiro da Silva, para a obtenção da nota do III bimestre na disciplina de filosofia. Sua nota nessa prova foi **9,00**.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO CAMPUS BELO JARDIM.

BELO JARDIM, PERNAMBUCO, BRASIL, 2017.